

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

BREVE ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE DE 2020 A 2024

Luzia Aguiar¹

Tibério Carlos Soares Roberto Pinto²

RESUMO

A gestão educacional é definida como uma política de administração por parte dos administradores federal, estadual e municipal para gerir, administrar e utilizar os recursos disponíveis para uma melhoria na educação. Assim, o presente trabalho traz o tema: Breve análise da implementação das políticas públicas na gestão educacional no Município de Ibicuitinga-Ce de 2020 a 2024. Assim, o objetivo geral do trabalho é conhecer quais os serviços prestados pela administração municipal na educação do município. Os objetivos específicos são: conhecer melhor a função da administração no desenvolvimento educacional municipal; compreender o processo de gestão e administração dos recursos disponíveis e observar as melhorias na educação do município. Assim, foram analisados autores como Guimarães (2023); Libâneo (2008); SANTOS (2012), além de documentos como o PGE (1999) e outros autores, através dos quais foram esclarecidos parâmetros que nortearam a pesquisa. Observou-se que nos últimos quatro anos muitas mudanças ocorreram na administração pública com relação à gestão educacional, no sentido de melhorias de estrutura das escolas, transportes, formação de professores, merenda escolar e materiais pedagógicos disponíveis nas escolas.

Palavras-chave: Administração; Gestão Educacional; Políticas Públicas; Município de Ibicuitinga

ABSTRACT

Educational management is defined as an administration policy by federal, state, and municipal administrators to manage, administer, and utilize available resources for the improvement of education. Thus, the present work presents the topic: Brief analysis of the implementation of public policies in educational management in the municipality of Ibicuitinga-Ce from 2020 to 2024. Thus, the general objective of the work is to understand the services provided by the municipal administration in the education sector of the municipality. The specific objectives are: to better understand the role of the administration in the municipal educational development; to comprehend the process of management and administration of the available resources; and to observe the improvements in the municipality's education. Thus, authors such as Guimarães (2023);

¹ Luzia Aguiar Lopes; Tecnóloga em Recursos Humanos; luziajpi@hotmail.com

² Tibério Carlos Soares Roberto Pinto; Mestre em Direito - UFC; tiberiopcinto@gmail.com

Libâneo (2008); SANTOS (2012), as well as documents like the PGE (1999) and other authors, were analyzed, thru which parameters that guided the research were clarified. It was observed that in the last four years, many changes have occurred in public administration regarding educational management, in terms of improvements in school infrastructure, transportation, teacher training, school meals, and pedagogical materials available in schools.

Keywords: Administration; Management; Public Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	<u>4</u>
2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO EDUCACIONAL	<u>5</u>
2.1 O conceito de Gestão Educacional	<u>5</u>
2.2 Gestão Educacional no FUNDEF	<u>7</u>
2.3 Implementação das políticas públicas na gestão educacional	<u>7</u>
2.4 Gestão educacional municipal e políticas públicas	<u>8</u>
3 BREVE ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE DE 2020 A 2024	<u>9910</u>
3.1 Políticas Públicas Implementadas (2020–2024)	<u>9910</u>
3.1.1 Reestruturação da infraestrutura escolar	<u>9910</u>
3.2 Formação continuada de professores e gestores	<u>101011</u>
CONSIDERAÇÕES	<u>131314</u>
REFERÊNCIAS	<u>14</u>

1 INTRODUÇÃO

O termo gestão educacional tem sido adotado recentemente no campo educacional brasileiro, substituindo a expressão Administração, amplamente utilizada no período da redemocratização do país e da educação, tendo suas bases na Constituição Federal de 1988 como um modelo de gestão pautado na democracia e na participação coletiva dos atores educacionais — “[...] progredindo para a aplicação de princípios que assegurem o acompanhamento e a fiscalização das ações dos dirigentes por toda a comunidade” (Colares & Colares, 2003, p. 94). Em face das mudanças políticas, sociais e econômicas pós-Constituição, a Gestão Educacional passou a integrar a legislação e as políticas educacionais, ganhando maior atenção e chegando às instituições de ensino do país (Paro, 2015).

Este trabalho, portanto, trata do tema: Breve análise da implementação das políticas públicas na gestão educacional no município de Ibicuitinga-CE de 2020 a 2024. O objetivo geral é identificar os serviços prestados pela administração municipal no âmbito da educação local. Os objetivos específicos incluem: aprofundar o entendimento sobre a função da administração no desenvolvimento educacional municipal; compreender o processo de gestão e de administração dos recursos existentes; e observar as melhorias efetivadas na educação do município.

A pesquisa iniciou-se por meio de uma revisão teórica sobre as vertentes da Gestão Educacional no âmbito da administração pública, buscando compreender estudos de diversos teóricos que contribuíram significativamente para o tema. Foram analisados autores como Guimarães (2023), Libâneo (2008) e Santos (2012), além de documentos como o PGE (1999) e outras fontes que esclareceram os parâmetros orientadores da investigação.

O estudo adotou abordagem mista, qualitativa e quantitativa, apresentando dados de forma clara e objetiva, além de indicadores percentuais das melhorias na Gestão Educacional no município de Ibicuitinga, Ceará, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2024. Para tanto, realizou-se levantamento de documentos da prefeitura municipal como fonte de dados, gerando resultados satisfatórios para o período analisado. Após a coleta documental, procedeu-se a análises complementares por meio de sites que ilustraram na prática a importância desses dados para o alcance dos objetivos do estudo.

Observou-se que, ao longo dos quatro anos examinados, houve várias intervenções na administração pública relacionadas à gestão educacional, notadamente melhorias na infraestrutura escolar, no transporte, na formação docente, na merenda e nos materiais pedagógicos. Registrou-se também progresso no acesso às escolas graças à manutenção das vias que ligam comunidades mais distantes ao centro municipal. Foram construídas creches e numerosas escolas passaram por reformas e ampliações para melhor atender aos estudantes locais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO EDUCACIONAL

Por sua clareza didática, a definição de Azevedo (2003) é adequada para caracterizar políticas públicas: tudo o que um governo faz ou deixa de fazer, incluindo os efeitos de suas ações e omissões. Tal definição evidencia que a sociedade civil não é, em si, o agente direto que formula políticas públicas, embora a sociedade realize política (Oliveira, 2010). O autor ressalta que as políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões governamentais que se manifestam no espaço escolar enquanto local de ensino e aprendizagem, abrangendo temas como construção de edifícios, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização, matriz curricular e gestão escolar (p.05).

2.1 O conceito de Gestão Educacional

A noção de gestão emerge a partir de uma nova compreensão sobre o direcionamento das organizações, considerando o todo e as inter-relações de suas partes, buscando maior coerência do conjunto (Morin, 1985). A gestão surge como superação do conceito de administração, resultado de uma mudança de paradigma — isto é, de uma nova perspectiva sobre a realidade e sua intervenção (Kuhn, 1982). Para Libâneo (2008), a Gestão Educacional enfatiza, antes de tudo, temas vinculados à organização, administração e gestão, termos usados nos processos educacionais com definições próximas. Organizar é dispor de forma ordenada, integrando partes num todo para viabilizar ações; administrar é governar e aplicar normas e funções; gerir implica dirigir e liderar a execução dessas práticas.

O conceito de gestão escolar, embora relativamente contemporâneo, é fundamental para que a escola responda às exigências da vida social atual, formando

cidadãos críticos e oferecendo oportunidades de aprendizagem que desenvolvam competências e habilidades para inclusão social. Assim, a gestão é entendida amplamente como uma articulação inteligente entre as ações diárias da instituição e seu significado político e social (Libâneo, 2008). Ainda segundo o autor: No campo da educação, a expressão organização escolar é muitas vezes identificada com administração escolar, termo que tradicionalmente descreve os princípios e procedimentos de planejamento do trabalho da escola, racionalização do uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais) e coordenação e controle do trabalho das pessoas (Libâneo, 2008, p. 97).

Silva (2013) observa que o conceito de gestão tem ganhado espaço crescente no contexto brasileiro, tanto em ambientes vinculados à perspectiva empresarial quanto em releituras que ampliam seu alcance, incluindo novos espaços organizacionais, como o universo escolar (Silva, 2013, p.65). Dessa forma, a gestão tem se difundido em todo o país, alcançando desde localidades remotas até grandes centros, buscando uma inclusão dos diferentes contextos. Para Libâneo (2008), termos como “gestão” e “direção” às vezes são tratados como sinônimos ou se confundem, mas convergem para o processo administrativo.

A gestão educacional possui características próprias, visando além da aplicação de técnicas administrativas empresariais, alcançando fins específicos voltados à educação escolar (Dourado, 2007). Luck (2007) aponta que a Gestão Educacional refere-se ao processo de administrar a dinâmica do sistema de ensino como um todo e coordenar as escolas em consonância com diretrizes e políticas públicas educacionais, para efetivar projetos pedagógicos comprometidos com princípios democráticos, participação, autocontrole (avaliação e retorno de informações) e transparência (demonstração pública de processos e resultados) (p. 35-36).

No contexto brasileiro, há forte atenção dedicada à gestão do ensino, superando a visão restrita da administração, uma vez que os problemas da educação exigem uma visão ampla, articulação e participação dinâmica (Luck, 2006). Historicamente, o termo administração escolar teve caráter mais burocrático, sem ampla participação da comunidade escolar, conforme Ribeiro (1986): A Administração Escolar é uma das aplicações da Administração Geral; ambas têm aspectos, tipos, processos, meios e objetivos semelhantes. b) a Administração Escolar deve levar em consideração os estudos que se fazem nos outros campos da Administração e, por sua vez, pode oferecer contribuições próprias utilizáveis pelos demais. (p. 95)

A administração do ensino público ganhou garantias na Constituição Federal de 1988, no momento da reabertura político-democrática do Brasil, promovendo uma nova organização escolar sustentada por princípios democráticos, participação coletiva e autonomia. Luck (2006) enfatiza que a gestão surgiu para superar a necessidade de orientação e liderança competente, pautada por ideias democráticas e participativas; a gestão escolar constitui uma área profissional que realiza planejamento, organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e avaliação das ações educacionais voltadas à promoção da aprendizagem e formação dos estudantes (p.23).

2.2 Gestão Educacional no FUNDEF

O FUNDEF foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996, e regulamentado pela Lei Federal nº 9.424, de 24/12/1996. Constitui-se de 15% dos recursos provenientes do ICMS, FPE, FPM, IPI/EXPO e de compensações financeiras por perda de receitas decorrentes da liberação de exportações. Esses recursos deveriam ser distribuídos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais. Caso o valor mínimo por aluno não fosse alcançado, a União atuaria complementarmente.

Bassi aponta problemas associados ao FUNDEF, entre eles a uniformização do tratamento a realidades municipais muito distintas, o que limita a eficácia de programas com as características do fundo. Ainda que o FUNDEF tenha favorecido o uso mais eficiente dos recursos e avançado a equidade do gasto por aluno, Bassi ressalta que tais medidas foram insuficientes para alterar os baixos padrões de qualidade do ensino público e acabaram relegando a segundo plano outros níveis da educação básica (2001, p.202). Posteriormente, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB, que ampliou a destinação dos recursos para a educação básica pública, prevendo que, no mínimo, 60% do montante fosse utilizado na remuneração dos profissionais do magistério que atuam de forma permanente no segmento de educação básica de competência do respectivo ente governamental, incluindo docentes e profissionais de apoio pedagógico direto (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2008).

2.3 Implementação das políticas públicas na gestão educacional

As políticas públicas são essenciais em qualquer gestão de serviços públicos, sobretudo nos setores de saúde e educação, por se tratarem de direitos fundamentais do cidadão. A gestão educacional consiste em gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e coordenar as escolas de modo alinhado às diretrizes e políticas públicas educacionais, para implementar políticas e projetos pedagógicos comprometidos com a democracia, com mecanismos de participação e compartilhamento (decisão conjunta e concretização de resultados), autocontrole (avaliação com retorno informativo) e transparência (publicização de processos e resultados) (Lück, 2017, p. 14).

A expressão “política pública” é interdisciplinar, envolvendo áreas como Ciências Sociais Aplicadas, Ciência Política, Economia e Administração Pública, com o objetivo de estudar o problema central: o processo decisório governamental (Dias e Matos, 2012).

2.4 Gestão educacional municipal e políticas públicas

Os princípios federativos da Constituição Federal de 1988 determinaram que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 incluísse entre suas diretrizes a incumbência dos municípios de “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados” (art. 11).

A criação dos sistemas municipais de ensino, conforme Azevedo (2003), favorece a introdução de inovações pedagógicas, trazendo ao nível local decisões que qualificam e agilizam o processo educacional. Nesse patamar, é possível ampliar a participação, aprofundar a democracia e estabelecer instrumentos de controle social, como conselhos escolares eleitos com representação da comunidade, eleições de diretores e congressos municipais com a participação dos diversos sujeitos envolvidos na escola pública. Nas diretrizes do PGE (1999) observa-se que o poder público municipal valoriza a gestão participativa como ferramenta para aprimorar o padrão de gestão nas escolas, ainda que nem sempre se evidencie a plena intenção de instituir processos democráticos efetivos de gestão escolar.

3 BREVE ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA-CE DE 2020 A 2024

A gestão educacional municipal é responsável por assegurar o cumprimento das políticas públicas que garantem o direito à educação de qualidade, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Entre os anos de 2020 a 2024, o município de Ibicuitinga-CE vivenciou transformações estruturais e pedagógicas decorrentes do aprimoramento das políticas educacionais, da reorganização administrativa e de iniciativas locais voltadas ao fortalecimento da rede municipal de ensino.

Este texto apresenta uma breve análise das principais políticas públicas implementadas no período, destacando avanços, desafios e resultados observados na gestão educacional municipal.

3.1 Políticas Públicas Implementadas (2020–2024)

3.1.1 Reestruturação da infraestrutura escolar

Durante o período analisado, o município executou reformas estruturais, melhorias físicas e adequações sanitárias nas escolas, alinhando-se às orientações do Ministério da Educação (MEC) para ambientes mais seguros. As ações incluíram:

- Melhorias em salas de aula e climatização
- Ampliação de espaços pedagógicos
- Manutenção predial e adequações para acessibilidade.

Neste período, as escolas municipais desempenharam papel central na implementação das políticas públicas, com destaque para unidades urbanas e rurais, entre elas a Escola Municipal de ensino fundamenta e integral Enéas Ferreira Nobre, que se sobressaiu pela participação efetiva em projetos pedagógicos, investimentos estruturais e práticas de inovação educacional. Outro ponto relevante no período foi a execução de reformas e melhorias nas quadras poliesportivas situadas nos distritos do município, como também da sede do município, contemplando revitalização estrutural, recuperação de piso, pintura, iluminação adequada e readequação de espaços destinados às atividades esportivas e recreativas. Essas intervenções contribuíram para a ampliação das condições de uso dos equipamentos públicos, fortalecendo projetos

pedagógicos, ações de cultura corporal e práticas esportivas integradas ao currículo escolar.

A melhoria da infraestrutura viária no município de Ibicuitinga-CE, especialmente entre os anos de 2020 e 2024, teve impacto significativo na garantia do acesso e permanência dos estudantes na escola. A realização de serviços de recuperação de estradas vicinais, ampliação de trechos trafegáveis, construção de passagens molhadas e manutenção periódica das rotas escolares contribuiu para reduzir o tempo de deslocamento dos alunos, aumentar a regularidade do transporte escolar e assegurar maior segurança durante o trajeto. Essas intervenções foram fundamentais sobretudo para as comunidades rurais, onde o traslado dos estudantes depende diretamente das condições das vias. Conforme preconiza a LDB (Lei nº 9.394/1996), cabe ao poder público assegurar condições de acesso à educação, e a melhoria das estradas configura uma ação estruturante nesse processo, pois permite que os estudantes cheguem às escolas com regularidade, conforto e menor risco, favorecendo o desenvolvimento das atividades pedagógicas e o fortalecimento dos indicadores educacionais do município.

3.2 Formação continuada de professores e gestores

A expressão “política pública” envolve vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua definição e descrição abrangem várias áreas do conhecimento como Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência Política, a Economia e a Ciência da Administração Pública, tendo como objetivo o estudo do problema central, ou seja, o processo decisório governamental (Dias, e Matos, 2022, p.11).

Para Gadotti (2010), o surgimento de tantos tipos de formação e de políticas educacionais tem base histórica em condições em desenvolvimento na sociedade contemporânea, nos desafios colocados ao currículo e ao ensino, e nas dificuldades do cotidiano nos modelos de ensino. Assim, as questões que envolvem a política educacional no Brasil, especificamente aquelas direcionadas para a formação continuada dos profissionais da educação, têm sido objeto de muitos estudos nas últimas décadas (Mainardes, 2011).

No município de Ibicuitinga as formações continuadas acontecem por meio do ciclo formativo do PAIC INTEGRAL orientadas pela Secretária do Estado do Ceará (SEDUC-CE), onde os professores formadores repassam as formações para os professores do município. Ao longo do ano acontecem quatro formações: no ensino

fundamental, cada formação é dividida por sua disciplina específica: português, matemática, ciências, história e geografia, educação física. Importante destacar que disciplinas obrigatórias como Artes, Ensino Religioso e Inglês que fazem parte do currículo não são contempladas nesses ciclos formativos. A Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) também tem suas formações. Essas ações contribuem com a formação continuada de professores e gestores do município de Ibicuitinga. Além disso, quando a Secretaria de Educação do município faz aquisições de materiais que vão além da base obrigatória, os professores passam por formações das editoras, como por exemplo, o Projeto Aprova Brasil de Português e Matemática da editora Soluções Moderna e os livros Descobrimos a Gramática e Produção Textual da editora FTD.

O processo de transpor políticas em práticas é excepcionalmente complexo; é uma mudança entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer as coisas. Assim, o indivíduo que pratica as políticas tem que transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isso é algo difícil e desafiador de se fazer (Mainardes; Marcondes, 2009).

No entanto, no panorama brasileiro, com ênfase para o período de 1990, a expressão Políticas Públicas Educacionais ganhou notoriedade expressiva. No entanto, tais políticas nem sempre trouxeram os resultados esperados, pois somente garantir o acesso à educação pública não significa que a mesma tenha qualidade e que, definitivamente, os usuários terão seus direitos garantidos e respeitados (Setubal, 2012).

De acordo com a Constituição de 1988:

[...] a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; V – promoção humanística (BRASIL, 1988).

Esse princípio constitucional foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, que instituiu em seu art. 9º inciso I, que é responsabilidade da União idealizar o PNE em parceria com os estados, Distrito Federal e municípios. E no primeiro parágrafo de seu art. 87 que:

[...] a união, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os

dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1996).

Conforme ressalta Saviani (2014), Plano Educacional é uma ferramenta de inclusão da racionalidade na prática cujo objetivo é a superação do caráter espontaneísta e improvisos que são características opostas a uma educação sistematizada.

O Plano Municipal de Educação se organiza como uma política pública entendida como instrumento da ação pública, que concentra estratégias, princípios, ações e mobilizações, formando uma norma de ação; se trata do referencial cognitivo e normativo para o desenvolvimento do processo de escolaridade (Lemes, 2016).

Segundo Sarmento (2005), a estruturação dos sistemas municipais de ensino teve expressão clara a partir da criação da União dos Dirigentes municipais de educação (UNDIME) ao ressaltar discursivamente nos Fóruns de Educação a autonomia municipal garantida pela Constituição. O reconhecimento constitucional de que o município é autônomo como ente jurídico provocou um aumento da ação municipal na definição de competências, formas de organização, responsabilidade, previsão de recursos financeiros e direitos. Esse movimento de disseminação de escola padronizada, pública e obrigatória, articulada em redes a responsabilidade do Estado, parte da Europa e se espalha pelo mundo no caminho da modernização (p.1364).

4 CONSIDERAÇÕES

A Gestão Educacional está presente nos artigos 205 a 214 da Constituição de 1988, que por sua vez, tratam da educação como sendo um direito fundamental do cidadão, na LDB 9.394/96 e no PNE, onde é responsabilidade do Estado, dos estados e municípios. Nesse contexto é função de cada instituição programar recursos, materiais e estrutura para que a educação se desenvolva em todas as suas esferas.

Assim, nos últimos quatro anos muitas mudanças ocorreram na administração pública do Município de Ibicuitinga com relação à gestão educacional, no sentido de melhorias de estrutura das escolas, transportes, formação de professores, merenda escolar e materiais pedagógicos disponíveis nas escolas. Observou-se também que o acesso às escolas também melhorou com a manutenção das estradas que ligam as comunidades mais distantes ao centro dos municípios. Creches foram construídas e escolas foram reformadas e ampliadas para atender melhor os estudantes do município.

A implementação das políticas públicas educacionais no município de Ibicuitinga-CE entre 2020 e 2024 revela um período de transição, marcado por desafios excepcionais e por iniciativas estratégicas que buscaram garantir o direito à educação.

Embora persistam demandas estruturais e pedagógicas, o conjunto de ações desenvolvidas evidencia um esforço contínuo para fortalecer a qualidade da educação, alinhando-se às diretrizes nacionais, aprimorando a gestão e promovendo avanços relevantes na inclusão, na infraestrutura e na formação docente.

Por fim, com a política pública da gestão educacional, muitas melhorias foram alcançadas na educação, não apenas na escola, mas também na estruturação do sistema educacional, tanto, federal, como também estadual e municipal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clovis de. **Estado, planejamento e democratização da educação**. FARIA, Lia C. M. e SOUZA, Donaldo Bello Editora, 2001. (orgs). Desafios da Educação Municipal. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BASSI, M. E. **Gestão e financiamento da educação básica**. 2001. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2025.

_____, **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Publicada no D.O.U 179, de 13/09/1996.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/221.pdf>. Acesso em 19/10/2025

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988.

COLARES, A. A. & COLARES, M. L. I. S. (2003). **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa**. Autores Associados.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB no 01, de 27 de março de 2008**. Define os profissionais do magistério para efeito da aplicação do art. 22 da Lei 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb001_08.pdf, acesso em 18/10/2025.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**: Limites e perspectivas *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100>>. Acesso em: 08 set. 2025.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/704779/2/ARTIGO-MELIZE%21.pdf>
<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/11317/1/A%20contribuição%20do%20PIBID%20para%20a%20formação%20inicial%20docente%20-%20a%20concepção%20de.pdf>. Acesso em: 18/10/2025

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2019/05/Thais-Pulgatti-Trindade-GESTAO-EDUCACIONAL-E-POLITICAS-PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2008.

LEMES, S.S. **Indagações sobre as políticas educacionais e reflexões sobre demandas percebidas pelo estado brasileiro: tópicos para análise circunstanciada de seus instrumentos de ação**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara/SP, v. 11, n.esp.3,p.1616-1625,2016.Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n.esp3.9064>.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão de paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MAINARDES, J; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303- 318, jan./abr. 2009.

MAINARDES, J; FERREIRA, M. S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: Ball, S. J.; Mainardes, J. (Org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, v., p. 143-172.

MANAUS. PMM/SEMED. **Programa de Gestão Educacional – PGE**, 1999.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUITINGA. **Planos municipais**. Ibicuitinga, CE. Disponível em: <https://www.ibicuitinga.ce.gov.br/planosmunicipais?id=1124>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUITINGA. **Licitações — lista de licitações**. Ibicuitinga, CE. Disponível em: <https://ibicuitinga.ce.gov.br/licitacaolista.php?secre=15>. Acesso em: 15 nov. 2025.

PARO, V. H. (2015). **Diretor Escolar: educador ou gerente?** Cortez.

RIBEIRO, J. Q. **Ensaio de uma teoria da Administração Escolar**. São Paulo: Saraiva, 1986.

SANTOS, Magda. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação Estado e Sociedade**. 2012.

SARMENTO, D S. **Criação dos sistemas municipais de ensino**. In: Educação e Sociedade. Campinas, v. 26, n. 93, p. 1363-1390, Set./Dez. 2005 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

SAVIANI, D. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SETUBAL, M. A. Com a palavra. **Consulex**. Ano XVI. N.382. 15 de dezembro de 2012.

|